

AUDITORIA INTERNA OPERACIONAL: O SETOR VAREJISTA DA MIOLO WINE GROUP

Juliana Bordignon Boeno¹

Roberto Amaral Schinoff²

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo verificar a importância da auditoria interna no processo decisório das organizações. Foram abordados conceitos de auditoria, processos de auditoria, controle interno, o processo deliberativo nas organizações e a relevância da auditoria durante o andamento deste processo, mantendo estreitas conexões entre os auditores e os demais colaboradores das organizações. A Auditoria Interna surgiu para suprir às inevitabilidades de referências que os gestores necessitam. Logo, este artigo apresenta o funcionamento da Auditoria Interna, bem como suas responsabilidades. A pesquisa é um estudo de caso sobre a implementação da auditoria interna no setor varejista da Miolo Wine Group. O estudo é qualitativo e bibliográfico. Concluiu-se que a implementação da auditoria interna no setor de varejo do empreendimento e a evolução dos métodos de conferência do estoque mensal são importantes para a transparência da gestão e da própria organização.

Palavras-chave: Auditoria Interna, Auditoria Externa, Processo Decisório, Controle Interno.

INTRODUÇÃO

Etimologicamente a palavra “auditoria” tem a sua origem no verbo latino *audire*, que significa “ouvir”, e que conduziu à criação da palavra “auditor” (do latim *auditore*) como sendo aquele que ouve. Isto se deve porque nos primórdios da auditoria os auditores tiravam suas conclusões baseadas nas informações verbais que lhes eram transmitidas. Quanto à instituição

¹ Graduada em Ciências Contábeis/CNEC - juliana.boeno431@gmail.com

² Mestrando em Desenvolvimento Regional, PPGDR/Faccat – roberto.schinoff@gmail.com

das auditorias internas na administração indireta sua fundamentação legal encontra-se no Decreto nº 3.591/00 (BRASIL, 2000).

No cenário recente da Governança Corporativa, a auditoria deve considerar que, exclusivamente, as pessoas implementam os controles internos e justamente isso, exige cuidados necessários para atingir a sua eficácia plena. Logo, calcular controles e medir riscos exige além de normas e procedimentos estabelecidos formalmente (PETTERSON, 2005). Primeiramente é necessário perceber se todas as partes integrantes do sistema estão satisfatoriamente atentos aos objetivos e comprometidos com seu cumprimento. Considera-se entretanto, que as ações e os comportamentos dos indivíduos são afetados pelo controle, inclusive suas próprias expectativas e isso pode reduzir a efetividade das medidas adotadas (VORHIE, 2005).

Se considerarmos que o homem atua, constantemente, na busca do próprio bem-estar, conforme sugere a teoria microeconômica clássica, não se pode ignorar que pode haver certo desmembramento entre o executado pelos administradores e o imaginado pelos proprietários. Os problemas de agenciamento devem ter atenção especial no ajustamento dos perigos a que revela-se a auditoria. A bibliografia especializada sugere, esta, como uma das principais barreiras a serem quebradas em qualquer sistema de monitoramento, os quais insere-se a auditoria (FAMÁ e JENSEN, 1998).

A auditoria é, confortavelmente, um dos principais instrumentos que as organizações utilizam para verificar as condutas aplicadas pela Governança Corporativa. Contudo, a trajetória histórica revela escândalos da ordem econômica e financeira e diversos outros eventos que afetam interesses de investidores e sugerem a criação de mecanismos eficazes de aprimoramento constante. Um exemplo do assunto é a Lei Sarbanes-Oxley (SOX)³, que ecoa pelo mundo afora com objetivo de alçar o nível do trabalho do auditor e forçar a administração a estruturar seus controles internos, causando agravamentos para atitudes ilegais e antiéticas (JENSEN, 1998).

O problema vem com a expansão das organizações no mercado e, o desconhecimento de seus administradores da necessidade de auxílio da auditoria interna para obtenção

³ No Brasil, a obrigatoriedade se limita às empresas submetidas à SOX e às normas do Bacen e Susep, com algumas exceções. Após março de 2003, as empresas que operam no mercado americano e assim, estejam sob regulação da SOX podem substituir o Comitê de Auditoria pelo Conselho Fiscal desde que o conselho fiscal seja adaptado com as funções do comitê de auditoria (Furuta, 2010)

de informações corretas da situação patrimonial e financeira da empresa, deixa de captar recursos juntos a terceiros, como empréstimos bancários ou abertura de capital social para novos investidores para investimento das mesmas (Lima; Lima, 2008, p.1)

A ocorrência de sucessivos erros, que geram desperdícios financeiros, de matérias, ou humanos, podem ser oriundos da falta de um controle adequado da estrutura organizacional, dos procedimentos realizados, pode ser evitado com a implementação de ferramentas de controle, dentre elas a auditoria interna. A partir da existência de uma auditoria interna, pode ocorrer a redução de custos, proporcionando uma maior competitividade dos serviços, produtos ou bens ofertados pela empresa.

O objetivo deste trabalho é acompanhar os processos de auditoria interna já realizados no setor varejista da Miolo Wine Group e demonstrar quais os recursos que a organização obtém com auxílio da auditoria interna para evitar prejuízos irrecuperáveis e para que consiga recursos financeiros com qualidade e precisão das informações prestadas.

AUDITORIA

Pode-se considerar a contabilidade como instrumento de poder na regulação e redução dos conflitos organizacionais. Entende-se, contudo, que este é seu eixo estrutural, de forma que nos modelos de empresas que preconizam a teoria da firma, o esqueleto contábil não tem relevância. É na complexidade global, identificada por motivos próprios, conflitos de interesse que ela ganha destaque. Considera-se também que a contabilidade é detentora de capacidade a orientar usuários e partes interessadas, através da fidedignidade dos dados, a traçar melhores decisões organizacionais. E é exatamente para medir o grau de confiabilidade das demonstrações contábeis que se utiliza a auditoria. Em outras palavras, não basta proceder com a verificação dos dados, mas é preciso obter garantias técnicas de aferição que auxiliem o auditor a visualizar a verdade que as vezes se deseja velar. Por outro lado a ausência deste ferramental pode comprometer seriamente sua eficácia.

A auditoria é uma revisão das demonstrações financeiras, sistema financeiro, registros, transações e operações de uma entidade ou de um projeto, efetuada por contadores, com a finalidade de assegurar a fidelidade dos registros e proporcionar credibilidade às demonstrações financeiras e outros relatórios da administração. A auditoria também identifica deficiências no sistema de controle interno e no sistema financeiro e apresenta recomendações para melhorá-los. As auditorias podem diferir substancialmente, dependendo de seus objetivos, das atividades

para os quais se utilizam as auditorias e dos relatórios que se espera receber dos auditores.

Em geral, as auditorias podem ser classificadas em três grupos: auditoria financeira; auditoria de cumprimento e auditoria operacional. No caso da auditoria financeira, há interesse na auditoria das demonstrações financeiras da entidade como um todo. O objetivo geral de uma auditoria das demonstrações financeiras é fazer com que o auditor expresse uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão razoavelmente apresentadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos. A auditoria de cumprimento e a auditoria operacional têm objetivos específicos e podem ou não estar relacionadas à contabilidade de uma entidade. Normalmente, a contabilidade é base destes exames. Daí sua importância para diferentes usuários e objetivos. A auditoria de cumprimento engloba a revisão, comprovação e avaliação dos controles e procedimentos operacionais de uma entidade (PORTAL CONTABILIDADE, 2012).

AUDITORIA INTERNA OPERACIONAL

A auditoria (Interna e Externa) surgiu devido à necessidade de controle de contas, relatórios, demonstrações, dados contábeis, ou seja, algo que relevasse os números e resultados, bem como a situação econômica e financeira apresentadas aos administradores de uma empresa (CREPALDI, 2017).

A definição de auditoria interna segundo The Institute of Internal Auditors (IIA) (2018) é:

"Internal auditing is an independent, objective assurance and consulting activity designed to add value and improve an organization's operations. It helps an organization accomplish its objectives by bringing a systematic, disciplined approach to evaluate and improve the effectiveness of risk management, control, and governance processes" (IIA, 2018, p. 1).

Este conceito remete ao controle gerencial que funciona por meio de medição e avaliação da eficiência e eficácia de outros controles e como uma atividade de assessoramento à administração quanto ao desempenho das atribuições definidas para cada área de atuação da instituição, mediante as diretrizes políticas e objetivos por aqueles determinados.

Ainda segundo IIA, a auditoria interna, pode ser um procedimento independente de avaliação (*assurance*) e de consultoria, que tem o intuito de valorizar e melhorar os

procedimentos internos de uma organização. Utilizando como base a aplicação de abordagens sistemáticas, para avaliar o planejamento, controle e gerenciamento da governança.

Já, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab, 2017) diz que a Auditoria Interna pode ser conceituada como um elemento de controle, que tem como um de seus objetivos, a avaliação dos controles internos da empresa. O auditor se vale do levantamento do sistema, que compreende o plano de organização e a política de procedimentos, com a finalidade de verificar se este oferece proteção aos ativos da companhia e confiabilidade nas informações e dados de natureza gerencial. Numa segunda etapa cabe ao auditor, através de aplicação de testes de auditoria, avaliar a eficiência operacional do sistema e verificar se está havendo adesão às diretrizes estabelecidas pela administração.

A auditoria interna compreende o setor de estoque, que é composto por bens destinados à fabricação ou à venda, a fim de obter lucros para a empresa. Segundo Rocha (2007), os principais objetivos da auditoria interna de estoque são os seguintes: (i) determinar a existência do estoque, em posse ou não da empresa; (ii) verificar a aplicação das exigências contábeis; (iii) situação dos estoques, análise de garantia e penhora; (iv) averiguar as demonstrações disponibilizadas.

O estudo e avaliação, assim como as recomendações feitas pela Auditoria, não isentam nem diminuem a responsabilidade dos administradores de uma atividade. A ação corretiva sugerida pela Auditoria, mesmo quando essa ação seja explicitamente a modificação de um procedimento de controle, não implica na transferência da responsabilidade dos administradores para o auditor. Com a expansão das atividades e dos processos, sentiu-se a necessidade de dar maior ênfase às normas ou aos procedimentos internos, diante do fato de que, de acordo com o crescimento das organizações, o administrador, ou proprietário da empresa, não poderia supervisionar pessoalmente todas as etapas das diversas atividades de seu negócio.

Ainda segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab 2017), a opinião do auditor interno, preferencialmente sobre a tese e não sobre o caso concreto, não representa a opinião oficial da Unidade de Auditoria Interna, cujos documentos, relatórios e notas técnicas se revestem do caráter institucional e não pessoal, item 7 do Parecer n.º 337/2005 ASJUR/CGU-PR, de 25 de outubro de 2005.

O auditor externo ou independente, de acordo com a sua opinião, por meio de seu parecer sobre as demonstrações contábeis, pode emitir um relatório-comentário, no qual apresenta sugestões para solucionar os problemas da empresa, detectados no curso normal de seu trabalho de auditoria. Porém, o auditor externo ou independente, de acordo com a sua forma contratual de atuar, tende a passar pouco tempo presente na empresa. Desta forma, para atender a necessidade da administração seria necessário um auditor permanente, que possa executar sua atividade de forma aprofundada, a fim de observar as diversas atividades da empresa que estão relacionadas com a contabilidade (controles internos, administração de estoques, administração de pessoal e administração dos processos, entre outros).

A importância que a auditoria interna tem em suas atividades de trabalho serve para a administração como meio de identificação de que todos os procedimentos internos e políticas definidas pela companhia, os sistemas contábeis e de controles internos estão sendo efetivamente seguidos, e todas as transações realizadas estão refletidas contabilmente em concordância com os critérios previamente definidos (ATTIE, 2006, p.52).

Nesse sentido, surgiu a auditoria interna, como uma ramificação da auditoria externa ou independente. O auditor interno é funcionário da empresa, e dentro da organização deve-se evitar que esteja subordinado àquele cujo trabalho examina. Da mesma forma, evita-se que o auditor interno venha a desenvolver atividades que possa vir um dia a examinar, para que não haja interferência em sua independência. A Auditoria Interna é uma atividade que independe de avaliação e consultoria, desempenhada para adicionar valores e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a desenvolver seus objetivos a partir da aplicação de abordagens sistemáticas e disciplinadas para avaliar e melhorar a eficácia dos processos.

Conforme *The Institute of Internal Auditors* (2017), as organizações tendem estabelecer como objetivo a promoção de bens e serviços que ofereçam qualidade, de forma que, seus clientes continuem a consumi-los e adquiri-los, assim permitindo que a organização possa crescer e gerar resultados positivos. Com o aperfeiçoamento das atividades e processos, a necessidade aprimorar as normas e os procedimentos internos vem a se tornar cada vez necessária dentro das organizações. O auditor interno passa a emitir relatórios nos quais apresenta sugestões para solucionar problemas existentes dentro da organização.

Atualmente, o auditor interno tem a função de avaliar os processos da organização, analisando os procedimentos para determinar quais são os mais produtivos e adequados a empresa. O auditor é o profissional que examina cuidadosamente as atividades desenvolvidas

em determinado setor da empresa para saber se estão de acordo com as disposições planejadas ou estabelecidas previamente e se essas foram implementadas corretamente e com eficácia e também, se estão adequadas a consecução dos objetivos. Com isso, pode-se observar que o objetivo da auditoria é dar subsídios para todos os membros da administração, com o intuito de fazer melhorias na gestão. Outra finalidade da auditoria interna é aplicar exames nos diversos setores a serem avaliados, para observar se a organização está desempenhando suas atividades adequadamente (OLIVEIRA, 2008).

A globalização da economia e o surgimento de mercados comuns faz com que a auditoria interna deixe de ter uma função repressiva e passe a ter a função de auxílio para a empresa. O período em que a auditoria é aplicada na organização varia de organização para organização, onde sua aplicação pode ser realizada trimestralmente, semestralmente ou anualmente. Os processos de auditoria interna baseiam-se em relatórios e dados estatísticos fornecidos pelo setor administrativo da organização.

ALMOXARIFADOS, SUAS SEÇÕES E A AUDITORIA INTERNA

A gestão de almoxarifado é a administração dos meios necessários imprescindíveis ao funcionamento da organização, no tempo oportuno, na quantidade necessária, na qualidade requerida e pelo menor custo. Para que isto ocorra é necessário um planejamento logístico, de modo que, o estoque possua um fluxo contínuo (VENDRAME, 2013).

O setor de almoxarifado exige o controle do estoque (quantidade, reposição, armazenagem, validade, controle do uso, etc.), mercadorias e produtos (de limpeza, de escritório, serviços, etc.), aquisição (levantamento de preços, pesquisa de fornecedores, registro das compras feitas e a fazer, arquivamento de notas) e outras tarefas afeitas ao almoxarife ou estoquista. Estas funções necessitam observar critérios de racionalização, acondicionamento, localização, padronização, indicadores e documentação. Na racionalização do almoxarifado deve-se ter em conta o cálculo das quantidades de produtos que se deve possuir em estoque. No acondicionamento deve-se buscar a otimização das distâncias entre o local de estocagem e onde será usado, a adequação do espaço de guarda com o melhor uso de sua capacidade volumétrica.

Segundo Dias (1993, p. 135) “o almoxarifado está diretamente ligado à movimentação ou transporte interno de cargas”. Através da execução eficaz desta prática é possível que acabe

influenciando a produtividade da entidade, acarretando em uma vantagem competitiva frente aos concorrentes.

Para a localização deve-se observar a facilidade em se encontrar aquilo que é procurado, através de etiquetagem, por exemplo, a fim de se evitar a entrega errônea de material, o que acarreta problemas no controle, tempo desperdiçado, etc. Os materiais do almoxarifado devem ser padronizados, para fins de melhor controle das compras (fornecimento), e evitar falhas como a duplicidade de itens no registro, com isso, evitando a falta de materiais em vendas futuras. O setor deve apresentar os indicadores de suas atividades, como relatórios de eficiência, a fim de proporcionar otimização do gerenciamento, controle do histórico dos itens, etc. Documentação implica a confecção do manual técnico de almoxarifado, em que se defina de modo preciso as normas de identificação dos produtos, inventário, inclusão de novos itens, entre outros.

PROCESSOS DE AUDITORIA INTERNA NO SETOR DE VAREJO

O principal objetivo do controle de estoque, segundo Dias (1993), é otimizar o investimento em estoques, aumentando o uso eficiente dos meios internos de uma empresa, para minimizar as necessidades de capital investido em estoque. Os estoques servem de base direta para o levantamento do lucro ou da perda da empresa, isto é, se o valor dos estoques for diminuído, avaliando-o, portanto, a menos, surgirá um prejuízo; porém, se aumentar o valor do estoque, super avaliando-o, aparecerá um lucro. Em ambos os casos, o lucro e o prejuízo serão fictícios porque não demonstram resultados exatos.

Portanto, o relatório de auditoria pode soar como uma avaliação negativa ao trabalho executado, uma crítica, mas tem como objetivo salvaguarda das operações da empresa (Conab, 2017). Depois de encerrados os procedimentos de auditoria, os pontos de atenção que constem no relatório podem ser discutidos um a um com o responsável do setor que está sendo auditado.

AMBIÊNCIA DA PESQUISA

O grupo Miolo Wine Group, inicialmente apenas Miolo, uma empresa de identidade familiar, iniciou a produção comercial de vinhos na década de 1990. Todavia, a família iniciou

as atividades ligadas à viticultura no final dos anos 1890. O primeiro vinho da marca Miolo foi do tipo *merlot* produzido com as uvas do Vale dos Vinhedos, localizado no município de Bento Gonçalves no estado do Rio Grande do Sul, onde a empresa está sediada. No decorrer dos vinte anos seguintes, a Miolo veio a se tornar líder do mercado de vinhos nacionais, sendo um fator que pode ter impactado no surgimento de profissionais formados em cursos que surgiram nos municípios circundantes.

Em 2006, a Miolo passa a ser chamada de Miolo Wine Group, que hoje reúne uma linha de mais de 100 produtos elaborados a partir de parcerias nacionais e internacionais. O grupo já possui seis projetos em cinco regiões vitivinícolas brasileiras: Vinícola Miolo (Vale dos Vinhedos, RS), Seival Estate (Campanha, RS), Vinícola Almadén (Campanha, RS), RAR (Campos de Cima da Serra, RS) e Vinícola Ouro Verde (Vale do São Francisco, BA). Além disso, conta também com seis acordos de *joint ventures* internacionais: Costa Pacífico (Chile), Osborne (Espanha), Los Nevados (Argentina), além das vinícolas Podere San Cristoforo e Giovanni Rosso (Itália). A presença nas cinco regiões viticultoras pode significar que a Miolo Wine Group esteja exercendo influência sobre estas regiões. Destarte, as transformando em territórios, que podem apresentar um desenvolvimento socioeconômico decorrente da criação de oportunidades de trabalho, conseqüentemente a possibilidade de manutenção ou aumento das vendas do comércio local, bem como o surgimento de novas ofertas de cursos acadêmicos ou profissionalizantes.

A Vinícola Miolo produz anualmente 4,7 milhões de litros em 450 hectares plantados no Vale dos Vinhedos, sendo 120 hectares pertencentes à Família Miolo e 330 hectares integrados com 80 produtores, onde são plantadas as uvas para produção dos vinhos.

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT

Esta pesquisa foi dividida em duas partes: primeiramente, foi feita a coleta de dados por meio dos relatórios da Vinícola Miolo, objeto deste estudo; posteriormente, foi acompanhado um novo processo de auditoria interna que foi realizado na empresa. A fim de complementar a fundamentação teórica da pesquisa, foram acompanhados os processos de auditoria interna no setor, buscando descrever a composição do estoque/varejo dentro da organização.

As prioridades do planejamento anual das atividades da Unidade de Auditoria Interna serão fundamentadas em análise de riscos, consistente com os objetivos da organização. O planejamento anual dos trabalhos será consubstanciado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINTE, a ser elaborado segundo orientações técnicas emanadas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A opção por utilizar o PAINTE, decorre da finalidade do mesmo, que de acordo com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) tem por objetivo: “Definir temas e macroprocessos que serão trabalhados pelas unidades de auditoria interna da administração pública federal indireta e direta no exercício seguinte ao de sua elaboração (CGU, 2015)”. Ao ser aprovado o PAINTE já estarão autorizadas pela alta administração, automaticamente, as despesas com diárias e passagens dele decorrentes.

Os objetivos do planejamento de auditoria podem ser atingidos de modo mais eficiente quando este planejamento é feito por escrito, ou seja, quando as ideias ou decisões relativas ao “que fazer”, “como fazer” e “porque fazer”, são convertidas em um documento formal para direcionar a execução dos trabalhos. Assim, o programa de auditoria constitui-se no objetivo final do planejamento. É um plano de ação detalhado e se destina, precipuamente, a orientar adequadamente o trabalho do auditor interno, facultando-lhe, ainda, sugerir oportunamente complementações quando as circunstâncias o recomendarem. Constitui-se no objetivo final do planejamento.

O programa de auditoria é uma definição ordenada de objetivos, determinação de escopo e roteiro de procedimentos detalhados, destinado a orientar a equipe de auditoria; configura-se na essência operacional do trabalho de auditoria relativamente a uma área específica da entidade ou a gestão de determinado sistema organizacional e deve estabelecer os procedimentos para a identificação, análise, avaliação e registro da informação durante a execução do trabalho (CGU, 2015).

Um programa de auditoria pode ser estruturado de forma padronizada e conter: (i) sistema organizacional a ser auditado; (ii) conceituação; (iii) áreas envolvidas; (iv) período; (v) objetivos; (vi) cronograma dos trabalhos; (vii) equipe de auditores internos; (viii) custos envolvidos; (ix) *tick-marks* utilizadas; (x) procedimentos; (xi) questionário de Avaliação - Controles Internos Administrativos (QACI); (xii) campo para observações dos auditores internos; (xiii) conceito dos auditores internos; (xiv) orientações gerais.

A utilização do programa de auditoria pode permitir à equipe avaliar, em campo, sobre a conveniência de ampliar os exames (testes de auditoria) quanto à extensão e/ou à profundidade, caso necessário. O programa visa definir os meios mais econômicos, eficientes e oportunos para se atingir os objetivos da auditoria. Deve ser suficientemente discutido no âmbito da Unidade de Auditoria Interna e ser aprovado por seu titular ou seu delegado, antes do início de trabalho de campo (CGU, 2015).

AUDITORIA INTERNA NA MIOLO WINE GROUP

O crescimento dos mercados e o advento de grandes organizações geraram a necessidade de cronogramas empresariais internos mais fortes, de procedimentos para gestão e operação, de normas corporativas e de instrumentos eficazes de controle, a fim de diminuir a dependência de supervisão do administrador. Com a exigência de que suas várias subdivisões façam parte de um único, que reúne interesses coletivos para alcançar melhores respostas, tendendo a tornar insólito a ausência de um setor aplicado às chances de melhorias que possam, casualmente, aparecer.

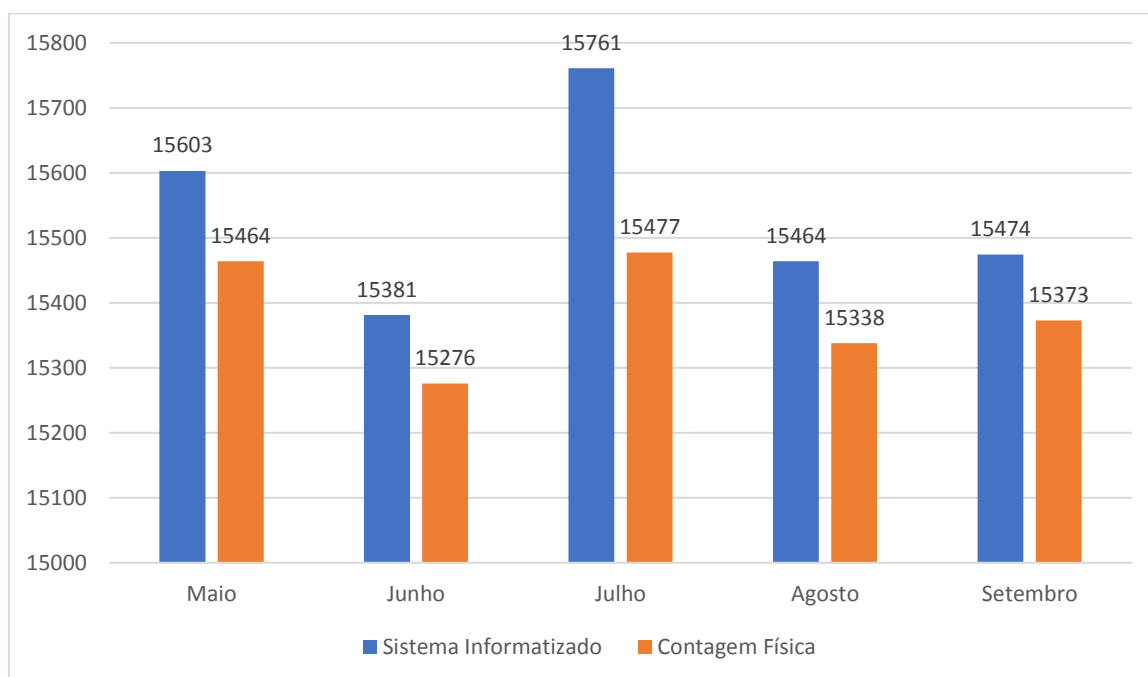
Os gestores encarregados pelos seus setores, possivelmente por não possuírem exigências técnicas para verificar o que se passa com as pessoas, processos e valores sob seu controle, precisam atestar de que tudo caminha de acordo com o plano. Por estes motivos, a atividade de auditoria interna passou a fazer parte de uma entidade. As empresas, difundindo cada dia mais suas funções, fundando novas filiais, modificando e acrescentando em sua produção, novos compromissos junto à sociedade, fornecedores, clientes e colaboradores, demonstram inquietudes no sentido de controlar e obter dados através de indivíduos autônomos daquelas que executam as devidas funções.

O auditor interno tende a se portar como um esclarecedor de negócios ligado às novas inovações do mercado em que a empresa atua, procurando participar de forma intensa na evolução de estratégias de ação em um mercado competitivo, averiguando melhores resultados para a organização. A mudança da economia mundial vem transformando os elementos decisórios da competitividade. Além do mais, a busca por novos consumidores está mais concorrida com o surgimento de novas instituições, tornando retrógradas as ineptas de se encaixar a este novo espaço.

Os auditores internos podem estar numa circunstância única para auxiliar as suas empresas a diminuir gastos, tornar mais simples as tarefas e diminuir custos, e também avaliar os planos, métodos e normas legais em vigor e mostrar os desvios de seu orçamento pela organização. É nesta circunstância que a auditoria interna se funda como uma ocupação de auxílio à gestão, apoiando a organização a obter suas metas.

A importância do controle patrimonial nas instituições, tanto públicas quanto privadas, diz respeito principalmente à grande imobilização financeira decorrente da aquisição de bens e de custos adicionais decorrentes desses bens. A vinícola considera que a auditoria interna auxilia a empresa a alcançar seus objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de riscos, controle e governança corporativa.

Figura 1: Diferença Sistema – Contagem

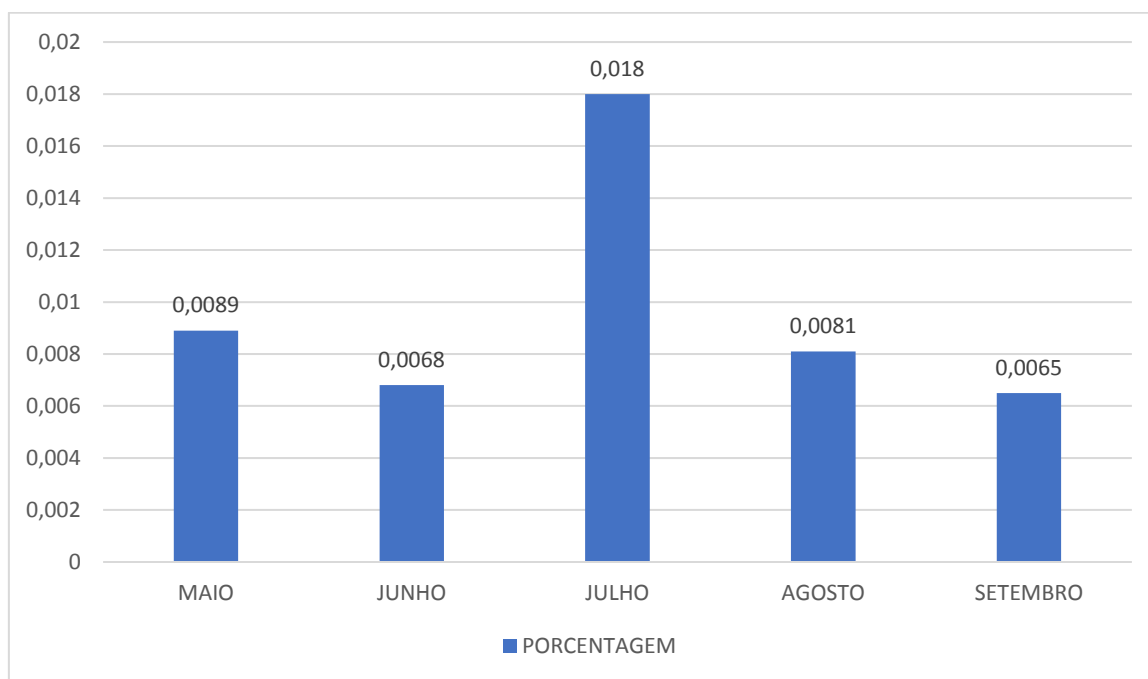


Fonte: Dados da pesquisa, 2017

A auditoria interna ocorrida no setor varejista da Miolo Wine Group, ocorrida entre os meses de Maio e Setembro de 2017, encontrou divergência entre os números que constavam no sistema e na contagem física, em todo o período, conforme a Figura 1. As diferenças

encontradas foram: no mês de Maio, 139; Junho, 105; no mês de Julho foi encontrada a maior divergência com 284 itens; 126, em Agosto; e por fim 101 itens em Setembro.

Figura 2: Porcentagem Diferença Sistema Informatizado e Contagem Física



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Conforme a Figura 2 é possível observar que a existência de uma auditoria interna pode possibilitar a diminuição da divergência entre o número de itens existentes no sistema informatizado e na contagem física realizada pela auditoria. Observa-se que ocorrem duas diminuições na diferença encontrada: a primeira, entre meses Maio e Junho; e a segunda entre Agosto e Setembro. A ocorrência de um pico divergente no mês de Julho, demonstra que a implementação de uma auditoria num empreendimento demanda tempo de adaptação, tanto técnica-operacional quanto humana.

Justapor as informações contidas na Figura 1 e na Figura 2, demonstra que a redução da diferença encontrada entre o sistema informatizado e a contagem física não está diretamente ligado ao volume de estoque total. Pois, é possível observar que e o aumento do estoque ocorrido no mês de Julho não foi proporcional o aumento da diferença encontrado na conferência do mesmo. Destarte, que no mês de Setembro existe um aumento no estoque total, em contrapartida ocorre uma diminuição na divergência encontrada pela auditoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de uma auditoria interna na Miolo Wine Group, possibilitou encontrar divergências entre o número de itens em estoque, de acordo com o sistema informatizado utilizado pelo empreendimento, e o real número de produtos contabilizados na contagem física. Destarte, apurou-se que a auditoria interna pôde contribuir no processo decisório, e na estrutura organizacional, por gerar uma visão para formação e fundamento teórico-prático à administradores e demais usuários deste instrumento.

Esta pesquisa veio corroborar a importância da auditoria interna no processo decisório de uma entidade privada. Diante do crescimento das organizações, passou a ser exigido uma comprovação frente as possíveis diferenças que podem aparecer entre contagem física e informatizada do estoque. Por isso, as empresas estão contratando um auditor para elaborar e fornecer as demonstrações contábeis e confirmar se esses dados repassados pela empresa, são verídicos.

Nesta pesquisa buscou-se demonstrar as principais divergências entre Auditoria Interna e Externa. A primeira trabalha para atender às conveniências da administração, já a Auditoria Externa tem por objetivo, principalmente, o interesse de terceiros. O auditor externo confirma a veracidade dos fatos, o auditor interno auxilia os gestores na execução de suas funções, informando-lhes aportes para tomada de decisão. No momento em que ocorre uma grande disputa entre as organizações, tendo como obstáculo, principalmente os concorrentes, inflexíveis e desleais, a salvaguarda adaptada pelos controles e informações verdadeiras podem representar o êxito ou a ruína empresarial.

Da auditoria interna pode resultar a seleção de ações, de forma inovadora que podem auxiliar na análise das mudanças internas que devem ser realizadas. Com essa avaliação, a empresa tende a instruir-se e agir, a fim de fortalecer as etapas e extinguir os eventuais círculos viciosos em que tenha caído. Desta maneira, a auditoria interna ajuda no processo decisório, pois tendo o conhecimento sobre a organização auditada, pode propor um aperfeiçoamento, contribuindo para os administradores poderem alcançar as metas de competência e eficácia das rotinas e procedimentos envolvidos.

Para enfrentar estes desafios e decidir qual é a melhor opção, a empresa deve manter um sistema de controle que norteie um processo de planejamento, de forma que certifique a

eficácia da gestão organizacional. O mecanismo para a resolução destes problemas pode estar na geração de auditorias internas. Esta atividade deve estar em constante transformação, seguindo a evolução da organização e se ajustando aos interesses da gerência.

Contudo, conclui-se que, onde a multinacionalização da economia se faz presente, os procedimentos adquiridos, relativos, ou simplesmente técnicos, não são satisfatórios para a perduração organizacional. O que se roga hoje é a legitimação de um acompanhamento permanente de uma auditoria interna atualizada e inteligente, regressada para todos os aspectos da gestão administrativa.

Partindo da premissa que a auditoria interna pode resultar em ações avaliativas e redutoras de custos, financeiros e humanos, em empreendimentos privados, como no caso da Miolo Wine Group, que possui uma sede operacional e expande seu território através da presença em outras cinco regiões brasileiras, além de se fazer presente na administração do Estado, a exemplo da Controladoria-Geral da União e da Companhia de Abastecimento.

Entende-se que no momento em que se busca a redução de erros e desperdícios a implementação de uma auditoria interna independente pode permitir que a administração pública venha a se tornar menos onerosa. Esta desoneração permite que possa ocorrer um aumento dos investimentos nos programas sociais e, conseqüentemente, o desenvolvimento socioeconômico da população mais carente, a exemplo do Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, PAC, programas municipais, estaduais e demais.

Destarte, sugere-se que estudos futuros investiguem o impacto que a implementação de auditorias internas pode ocasionar a municípios com menor índice de desenvolvimento socioeconômico e de que forma a economia decorrente deste processo, possa vir a influenciar no desenvolvimento da população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria - Um Curso Moderno e Completo - Texto, Exemplos e Exercícios Resolvidos**. São Paulo: Editora Atlas, 2012. 560.

ATTIE, W. **Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 2006. 281.

_____. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 2009. 281 ISBN 9788522446926. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=Q4loPwAACAAJ> >.

AUDITORS, T. I. O. I. About Internal Auditing. Florida, EUA, 2018. Disponível em: < <https://global.theiia.org/about/about-internal-auditing/pages/about-internal-auditing.aspx> >. Acesso em: 01/09/2018.

BRASIL. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Decreto nº. 3.591, de 06 de setembro de 2000. CIVIL, B. S. C. Brasília: Diário Oficial da União 2000.

_____. Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT). Brasília, 2015. Disponível em: < <http://www.cgu.gov.br/sobre/perguntas-frequentes/auditoria-e-fiscalizacao/paint-e-rain#cinco> >. Acesso em: 01/09/2018.

_____. Auditorias. Brasília, 2017. Disponível em: < <https://www.conab.gov.br/auditorias> >. Acesso em: 01/09/2018.

CONTABILIDADE, P. D. Auditoria. São Paulo, 2012. Disponível em: < <http://www.portaldecontabilidade.com.br/cgi-local/guia/clientes/goto.cgi?comercial/auditoria.html> >. Acesso em: 01/09/2018.

CREPALDI; APARECIDO, S. Auditoria
Contábil: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2017. 968.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: uma abordagem logística. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1993, 544p

FAMÁ, E. F.; JENSEN, M.C. Agency problems and residual claims. *Journal of Law & Economics*. V. 26, p.327-349, jun. 1983. University of Chicago Press.

FURUTA, F. (2010). A Relação das Características das Empresas com a Adoção do Comitê de Auditoria x Conselho Fiscal Adaptado. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-19042010-104120/>

JENSEN, M.C. Divisional performance measurement. *Social Science Research Network (SSRN) Electronic Library*. EUA, 1998.

LIMA, L. D. J.; LIMA, R. A. A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES. São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/auditoria-interna-organizacoes.htm> >. Acesso em: 01/09/2018.

OLIVEIRA, Luís Martins [et al.]. **Curso básico de auditoria.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PETTERSON, Mark. The keys to effective IT auditing. *The Journal of Corporate Accounting & Finance*. Hoboken: Jul/Aug. Vol. 16, nº 5, p 41-46, 2005;

ROCHA, Emanuel Marcos de B. **Apontamentos de auditoria fiscal**. 2. ed. Lulu, 2007. 296 p.

VENDRAME, F. C. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais**, 2008, 66 p.

VORHIE, Richard. Nonlitigation Risk and Pricing Audit Services. *Auditing*. Sarasota: May, 2005. Vol. 24, Nº. 1;